



1º SIMULADO
PGE PB

Simulado PGE PB Procurador

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Procurador;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-PGE-PB-Procurador-18-07-21>

01 – A B C D E	21 – A B C D E	41 – A B C D E	61 – A B C D E	81 – A B C D E
02 – A B C D E	22 – A B C D E	42 – A B C D E	62 – A B C D E	82 – A B C D E
03 – A B C D E	23 – A B C D E	43 – A B C D E	63 – A B C D E	83 – A B C D E
04 – A B C D E	24 – A B C D E	44 – A B C D E	64 – A B C D E	84 – A B C D E
05 – A B C D E	25 – A B C D E	45 – A B C D E	65 – A B C D E	85 – A B C D E
06 – A B C D E	26 – A B C D E	46 – A B C D E	66 – A B C D E	86 – A B C D E
07 – A B C D E	27 – A B C D E	47 – A B C D E	67 – A B C D E	87 – A B C D E
08 – A B C D E	28 – A B C D E	48 – A B C D E	68 – A B C D E	88 – A B C D E
09 – A B C D E	29 – A B C D E	49 – A B C D E	69 – A B C D E	89 – A B C D E
10 – A B C D E	30 – A B C D E	50 – A B C D E	70 – A B C D E	90 – A B C D E
11 – A B C D E	31 – A B C D E	51 – A B C D E	71 – A B C D E	91 – A B C D E
12 – A B C D E	32 – A B C D E	52 – A B C D E	72 – A B C D E	92 – A B C D E
13 – A B C D E	33 – A B C D E	53 – A B C D E	73 – A B C D E	93 – A B C D E
14 – A B C D E	34 – A B C D E	54 – A B C D E	74 – A B C D E	94 – A B C D E
15 – A B C D E	35 – A B C D E	55 – A B C D E	75 – A B C D E	95 – A B C D E
16 – A B C D E	36 – A B C D E	56 – A B C D E	76 – A B C D E	96 – A B C D E
17 – A B C D E	37 – A B C D E	57 – A B C D E	77 – A B C D E	97 – A B C D E
18 – A B C D E	38 – A B C D E	58 – A B C D E	78 – A B C D E	98 – A B C D E
19 – A B C D E	39 – A B C D E	59 – A B C D E	79 – A B C D E	99 – A B C D E
20 – A B C D E	40 – A B C D E	60 – A B C D E	80 – A B C D E	100 – A B C D E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

01. Assinale a alternativa incorreta a respeito do processo legislativo.

- a) Segundo a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a sanção presidencial não tem o efeito de convalidar vício formal subjetivo de iniciativa no projeto de lei.
- b) O ato legislativo que resolve definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional não exige a sanção presidencial.
- c) Na hipótese de o veto ser derrubado pelo Congresso Nacional, o projeto será enviado ao Presidente da República que terá que promulgá-lo no prazo de 48 horas.
- d) O veto caracteriza-se por ser sempre expresso.
- e) O veto pode ser total ou parcial, podendo este se dar sobre o texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea ou mesmo sobre palavra.

02. Quanto ao objeto da ADPF, segundo entendimento do STF é cabível contra:

- a) Ato normativo já revogado.
- b) Decisão judicial transitada em julgado.
- c) Súmulas.
- d) Proposta de Emenda à Constituição.
- e) Veto do Poder Executivo.

03. Quanto à atuação do Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.

- a) Em caso de multa imposta por tribunal de contas estadual a responsáveis por irregularidades no uso de bens públicos, a ação de cobrança somente pode ser proposta pelo ente público beneficiário da condenação do tribunal de contas.
- b) Ao contrário do quanto aplicável ao poder judiciário, a Corte de Contas não possui iniciativa para desencadear o processo legislativo que vise alterar sua organização e funcionamento.

c) Os tribunais de contas são órgãos delegatários do poder legislativo, a ele se achando subordinados, por vínculo de ordem hierárquica.

d) A qualificação profissional formal é requisito à nomeação de conselheiro de tribunal de contas estadual.

e) O Ministério Público junto ao TCU dispõe de fisionomia institucional própria.

04. Dentre as classificações atribuídas às Constituições, é correto assinalar que a Constituição Brasileira de 1988 é

- a) sintética, quanto à extensão.
- b) não escrita, quanto à forma.
- c) material, quanto ao conteúdo.
- d) promulgada, quanto à origem.
- e) flexível, quanto à alterabilidade.

05. Acerca do poder constituinte, assinale a alternativa correta:

- a) A mutação constitucional constitui mecanismo formal de alteração decorrente do poder constituinte difuso.
- b) O sistema jurídico nacional não admite o fenômeno da reprise, em qualquer hipótese.
- c) O poder constituinte revisor é uma das formas de alteração da Constituição.
- d) As normas constitucionais fruto da manifestação do poder constituinte originário têm, por regra geral, retroatividade média.
- e) A doutrina majoritária entende aplicável a teoria da dupla revisão.

06. A Constituição Federal ao tratar do sistema tributário nacional previu que:

- a) Compete à União e aos Estados a instituição de contribuição de intervenção no domínio econômico.
- b) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, vedado esta cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
- c) O imposto sobre propriedade de veículos automotores terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- d) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e municipais.
- e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, semestralmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

07. A Reforma do Judiciário introduziu no ordenamento jurídico o Incidente de Deslocamento de Competência que:

- a) nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República ou o Procurador-Geral de Justiça, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- b) nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República ou o Procurador-Geral de Justiça, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, na fase do inquérito, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- c) nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- d) nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

e) nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

08. Respeito das ações constitucionais e, especificamente, do habeas data, assinale a alternativa correta:

- a) negado pedido de fornecimentos de certidões, o remédio cabível é o habeas data.
- b) empresas privadas responsáveis pelo serviço de proteção ao crédito não podem figurar no polo passivo de habeas data.
- c) o cônjuge sobrevivente é parte legítima para impetrar habeas data na defesa do interesse do falecido.
- d) é cabível a pretensão em um mesmo habeas data que se assegure o conhecimento das informações e ao mesmo tempo que se determine a sua retificação.
- e) exige-se para que se possa caracterizar o interesse de agir do habeas data o prévio esgotamento da via administrativa.

09. A respeito da jurisprudência do STF sobre o tema Constituição Econômica, e o disposto em nossa própria Carta Magna, assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil não adota o princípio da subsidiariedade em suas intervenções diretas na economia.
- b) É admitida a importação de pneus usados.
- c) É inconstitucional lei que concede passe livres às pessoas com deficiência nos transportes em transportes intermunicipal.
- d) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, através de licitação, ressalvadas as exceções legais de licitação dispensada, dispensável ou de inexigibilidade, a prestação de serviços públicos.
- e) Os conceitos de monopólio e de privilégio não se confundem.

10. Segundo a Constituição Federal e a jurisprudência do Poder Executivo, assinale a alternativa correta:

- a) Constituição Estadual pode estender a imunidade formal relativa à prisão e a cláusula de irresponsabilidade penal relativa do Presidente da República aos governadores dos estados.
- b) Em caso de vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do mandato presidencial, deve ser realizada eleição direta no prazo de 30 (trinta) dias da abertura da última vaga.
- c) Competências privativas atribuídas ao Presidente da República pela Constituição Federal podem ser delegadas apenas para os Ministros de Estado.
- d) Em caso de admissão, pela Câmara dos Deputados, da acusação contra o Presidente da República por crime de responsabilidade, o julgamento será feito pelo Senado Federal, em sessão presidida pelo Presidente do STF, e a condenação dependerá do voto de dois terços dos membros do Senado Federal.
- e) Cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício.

11. Segundo a Constituição Federal, são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal, salvo:

- a) a probidade na administração.
- b) o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- c) o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.
- d) a existência da União.
- e) a lei tributária.

12. O Conselho da República é órgão superior e de consulta do Presidente da República, e dele participam, salvo:

- a) o Vice-Presidente da República.
- b) o Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados;
- d) seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.
- e) o Ministro das Relações Exteriores.

13. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- a) dispor sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal.
- b) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- c) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- d) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- e) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

14. A respeito do processo legislativo, marque a alternativa correta:

- a) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por sete Estados, com não menos de cinco décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) é de iniciativa privativa do Presidente da República a lei que fixe ou modifique os efetivos das Forças Armadas.
- c) se o Presidente pedir urgência no projeto de sua iniciativa e a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até trinta dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa.
- d) a matéria constante de projeto de lei rejeitado não poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa.
- e) é possível a edição de lei orçamentária delegada.

15. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual não compete:

- a) realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- b) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade
- c) prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- d) sustar, se não atendido, a execução do contrato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- e) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

16. A respeito da intervenção de um ente federativo em outro, marque a alternativa correta:

- a) Recebida a inicial, o relator deverá tentar dirimir o conflito que dá causa ao pedido, utilizando-se dos meios que julgar necessários.
- b) A violação dos princípios constitucionais extensíveis é causa de intervenção.
- c) A intervenção por coação em Tribunal Superior será requisitada pelo órgão coagido.
- d) Em qualquer caso, o decreto será submetido ao Congresso Nacional para análise.
- e) Cabe recurso extraordinário contra acórdão de tribunal de justiça que defere pedido de intervenção estadual em município

17. São características dos direitos fundamentais, salvo:

- a) Alienabilidade.
- b) Personalidade.
- c) Historicidade.
- d) Irrenunciabilidade.
- e) Imprescritibilidade.

18. Assinale a alternativa correta a respeito das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

- a) Serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, separadamente.
- b) São destinadas a apuração de fato determinado e por prazo certo.
- c) Suas conclusões serão encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilização civil ou criminal dos infratores.
- d) De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, não poderão ser criadas mais de uma CPI para apuração de um mesmo fato.
- e) Têm competência para requerer a quebra de registros telefônicos pretéritos, determinar a interceptação telefônica de investigados e a busca e apreensão domiciliar.

19. A respeito do estatuto dos congressistas, é correto afirmar que o parlamentar:

- a) Não poderá ser preso em flagrante, independentemente do crime que cometeu, nem processado criminalmente.
- b) Não poderá ser preso em flagrante, mas poderá ser obtida a licença da respectiva Casa Legislativa para que possa ser processado criminalmente.
- c) Poderá ser preso em flagrante, ainda que o crime cometido seja afiançável.
- d) Poderá ser preso em flagrante, independentemente do crime cometido, mas a manutenção da prisão dependerá de autorização da respectiva Casa Legislativa no caso de crime afiançável.
- e) Poderá ser preso em flagrante se o crime cometido for inafiançável, devendo os autos ser remetidos em 24 horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

20. A Constituição determina que a União, os Estados e os Municípios só podem expandir o endividamento público para quitar dívidas antigas ou fazer investimentos que possam gerar crescimento da economia ou aumento da arrecadação. Tal norma é denominada pela doutrina de:

- a) Regra de Ouro.
- b) Superávit primário.
- c) Transparência fiscal.
- d) Superávit nominal.
- e) Restos a pagar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

21. Nos termos da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, é correto afirmar:

- a) São modalidades de licitação, o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão e o diálogo competitivo podendo ser combinadas, desde que sigam o rito processual comum.
- b) Na modalidade diálogo competitivo, a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 20 (vinte) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
- c) O leilão exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.
- d) Caso a Administração opte pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de menor preço para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.
- e) O pregão será adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, podendo ser utilizado para a contratação de serviços comuns de engenharia.

22. Em relação ao Direito Administrativo, é incorreto afirmar:

- a) O sistema do contencioso administrativo adotado inicialmente na França consagra duas ordens de jurisdição, a ordinária ou comum, exercida pelo Judiciário sobre os atos dos particulares em geral e a administrativa, exercida por juízes e Tribunais administrativos, que tem na cúpula o denominado Conselho de Estado.
- b) O Direito Administrativo brasileiro não é codificado. Em razão da autonomia legislativa reconhecida aos Entes federados, existem normas federais, estaduais, distritais e municipais sobre a matéria.
- c) O fenômeno da constitucionalização do Direito Administrativo ocasionou a superação da concepção do princípio da legalidade como vinculação positiva do administrador à lei e a consagração da vinculação direta à Constituição.
- d) O Direito Administrativo surge e se desenvolve no Brasil Com a proclamação da República em 1889 e a promulgação da Constituição de 1891.
- e) Com a crise da concepção liberal do princípio da legalidade e o advento do Pós-positivismo, a atuação administrativa deve ser pautada não apenas pelo cumprimento da lei, mas também pelo respeito aos princípios constitucionais, com o objetivo de efetivar os direitos fundamentais.

23. Sobre o Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar que

- a) No processo administrativo disciplinar, o servidor indiciado tem o direito de acompanhar pessoalmente o processo, sendo-lhe facultada a contratação de advogado. Todavia, a renúncia a esse direito induz a nulidade do procedimento.
- b) Caracteriza cerceamento de defesa no Processo Administrativo Disciplinar a ausência de interrogatório, ainda que tenha contribuído para tal o próprio investigado.
- c) A falta de intimação de advogado constituído para a oitiva de testemunhas gera nulidade, mesmo que intimado o servidor investigado.

d) Não é possível o aproveitamento de prova produzida em processo administrativo disciplinar declarado nulo para a instrução de novo PAD, ainda que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, e que o vício que ensejou referida nulidade não recaia sobre a prova que se pretende aproveitar.

e) É dispensável a presença do acusado ou de seu procurador, durante as oitivas das testemunhas, previamente intimados da realização do ato.

24. Em relação à Improbidade Administrativa, é correto afirmar:

- a) Nos termos da jurisprudência do STJ, é possível a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.
- b) É cabível a apreensão de passaporte e a suspensão da CNH no bojo do cumprimento de sentença proferida em ação de improbidade administrativa.
- c) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a conduta do agente público de ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- d) É ilegítima a cassação de mandato atual de vereador condenado à suspensão de direitos políticos, por decisão transitada em julgado, referente a ato de improbidade cometido em mandato anterior.
- e) A decretação de indisponibilidade de bens dos réus em ação de improbidade administrativa não pode alcançar bens adquiridos antes ato ímparo.

25. Sobre o Controle Administrativo, é correto afirmar:

- a) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- b) Compete privativamente ao Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- c) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- d) O Poder Judiciário poderá revogar atos administrativos, ao realizar o controle dos atos administrativos discricionários.
- e) Os atos administrativos praticados por agentes das sociedades de economia mista federais serão julgados pela Justiça Estadual.

26. No que diz respeito ao tema Bens Públicos, assinale a alternativa incorreta

- a) As terras devolutas indispensáveis à preservação do meio ambiente são bens de titularidade da União.
- b) Imóvel de propriedade da administração pública utilizado como centro administrativo pode ser alienado após a devida desafetação e mediante autorização legislativa.
- c) Segundo o ordenamento jurídico vigente, são considerados públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, sendo os demais considerados bens particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- d) O fechamento de determinadas vias públicas para atividades desportivas ou recreativas para a população de um bairro, trata-se de uso privativo de bem público, na modalidade específica autorização de uso.
- e) Entre os bens públicos, apenas os dominicais são sujeitos a usucapião, sendo imprescritíveis tanto os bens de uso comum do povo como os bens de uso especial.

27. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar

- a) As entidades da administração indireta submetidas a regime de direito privado e exploradoras de atividade econômica devem sujeitar-se ao mesmo regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado.
- b) A responsabilidade civil por danos nucleares é integral, podendo ser afastada em casos extremos de força maior.
- c) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco administrativo.
- d) A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público.
- e) O Estado possui responsabilidade civil objetiva, subsidiária e indireta pelos danos que notários e oficiais de registro, no exercício de serviço público por delegação, causem a terceiros.

28. Com base na Lei 14.133/2021, sobre contratos administrativos, é incorreto afirmar:

- a) A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.
- b) Para a alocação de riscos serão considerados a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo.
- c) Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão necessariamente transferidos ao contratado.
- d) A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.
- e) O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.

29. Relativamente aos Conselhos Profissionais, assinale a alternativa correta:

- a) Os conselhos profissionais, constituindo espécie *sui generis* de pessoa jurídica de direito público não estatal, não exercem o poder de tributar. Logo, as anuidades cobradas pelos conselhos profissionais não possuem natureza tributária.
- b) Os conselhos profissionais, constituindo espécie *sui generis* de pessoa jurídica de direito público não estatal, não têm o dever de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.
- c) Os conselhos profissionais, constituindo espécie *sui generis* de pessoa jurídica de direito público não estatal, não necessitem de realizar concurso público para contratação de seus servidores.
- d) Os conselhos profissionais, constituindo espécie *sui generis* de pessoa jurídica de direito público não estatal, não se submetem a obrigatoriedade de adoção do regime jurídico único para seus servidores.
- e) Como os Conselhos de Fiscalização Profissional têm natureza jurídica de autarquia se submetem ao regime de precatórios.

30. Em relação ao Estatuto dos Servidores da Paraíba (LC 58/03), assinale a alternativa correta:

- a) Os requisitos básicos para a investidura em cargo público estão previstos no Estatuto dos Servidores da Paraíba, vedado o estabelecimento de outros requisitos, ainda que em razão da natureza e atribuições do cargo.
- b) A investidura em cargo público ocorrerá com o efetivo exercício no serviço público.
- c) O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para exercer interinamente outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que ocupar, devendo optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
- d) Aos portadores de deficiência, serão reservadas vagas correspondentes até 20% do total oferecido.
- e) Nos termos do Estatuto dos Servidores da Paraíba, são formas de provimento em cargo público, a nomeação, promoção, ascensão, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.

31. Em relação ao Estatuto dos Servidores da Paraíba (LC 58/03), assinale a alternativa correta:

- a) A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo prazo de quinze dias contados da publicação do ato de nomeação.
- b) Será exonerado o servidor que não tome posse no prazo de quinze dias a contar da nomeação.
- c) É de trinta dias, contados da posse, o prazo para o servidor entrar em exercício.
- d) A autoridade competente fixará prazo de até 15 dias, notificado o interessado, para retomada do exercício, em sua nova lotação, pelo servidor removido, redistribuído, requisitado, cedido ou designado para exercício interino.
- e) Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

32. Em relação ao Estatuto dos Servidores da Paraíba (LC 58/03), assinale a alternativa correta:

- a) Três meses antes de findo o período do estágio probatório, a avaliação do desempenho do servidor será submetida à decisão da autoridade competente, inclusive para os efeitos legais subsequentes.
- b) O servidor em estágio probatório não poderá ser afastado para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Estadual.
- c) A licença concedida ao servidor por motivo de doença em pessoa da família, não suspende o período de estágio probatório.
- d) O servidor em estágio probatório não poderá ser afastado para exercício de mandato eletivo.
- e) Ao servidor em estágio probatório pode ser concedida a licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

33. Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores sobre Processo Administrativo Disciplinar, assinale a alternativa incorreta:

- a) A administração pública, quando se depara com situação em que a conduta do investigado se amolda às hipóteses de demissão ou de cassação de aposentadoria, não dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa por se tratar de ato vinculado.
- b) O fato de o acusado estar em licença para tratamento de saúde não impede a instauração de processo administrativo disciplinar, nem mesmo a aplicação de pena de demissão.
- c) Na esfera administrativa, o proveito econômico auferido pelo servidor é irrelevante para a aplicação da penalidade no processo disciplinar, pois o ato de demissão é vinculado, razão pela qual é despicando falar em razoabilidade ou proporcionalidade da pena.
- d) A demonstração do ânimo específico de abandonar o cargo público que ocupa não é necessária para tipificar conduta de servidor como prática de infração administrativa de abandono de cargo.
- e) A ausência de termo de compromisso de membro de comissão processante não implica nulidade do processo administrativo disciplinar, uma vez que tal designação decorre de lei e recai, necessariamente, sobre servidor público, cujos atos funcionais gozam de presunção de legitimidade e de veracidade.

34. Relativamente aos Servidores Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Judiciário possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.
- b) O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos gera direito subjetivo a indenização.
- c) É constitucional lei estadual que preveja o pagamento de gratificação para servidores que já recebem pelo regime de subsídio quando eles realizarem atividades que extrapolam as funções próprias e normais do cargo.

d) Incide contribuição previdenciária sobre terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade, pagos aos servidores públicos.

e) É constitucional lei municipal prevendo subsídio vitalício considerado o exercício de mandatos de vereador e a consequente pensão em caso de morte.

35. Em relação à Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba (LC 86/08), assinale a alternativa correta:
a) Não incumbe à Procuradoria Geral do Estado a representação judicial dos órgãos integrantes do Poder Judiciário Estadual, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público Estadual e da Assembleia Legislativa em quaisquer causas.

b) É função institucional da Procuradoria Geral do Estado transigir, fazer acordo, firmar compromisso, receber e dar quitação, nas ações em que o Estado figure como parte, independente de autorização expressa pelo Governador.

c) Os pronunciamentos da Procuradoria Geral do Estado, nos processos submetidos a seu exame e parecer esgotam a apreciação da matéria no âmbito do Poder Executivo Estadual, sendo vinculantes.

d) A Procuradoria Geral do Estado deverá executar, no prazo máximo de sessenta dias, as certidões de dívida ativa, os Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado e demais títulos executivos, judiciais ou extrajudiciais, cuja cobrança situe-se no âmbito de sua esfera de competência.

e) Salvo exceções expressamente previstas em lei, o Procurador do Estado subscritor do parecer não estará sujeito à responsabilização em razão do conteúdo de sua manifestação técnico-jurídica, excetuando-se ainda os casos de dolo, erro grosseiro ou comprovada má-fé por parte do parecerista.

36. Nos termos da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado da PB (LC 86/08), são princípios institucionais da Procuradoria Geral do Estado, exceto:

- a) a indisponibilidade do interesse público e coletivo;
- b) a unidade;
- c) a indivisibilidade;
- d) a independência funcional;
- e) a moralidade.

37. Nos termos da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, é incorreto afirmar:

- a) É inexigível a licitação para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- b) É inexigível a licitação nos casos em que a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- c) É inexigível a licitação nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- d) É inexigível a licitação para a aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- e) É inexigível a licitação para a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

38. Nos termos da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, são objetivos do processo licitatório, exceto:

- a) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- b) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- c) Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

d) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.

e) Assegurar a publicidade dos atos licitatórios durante todo o processo licitatório.

39. Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores sobre a Intervenção do Estado na Propriedade Privada, assinale a alternativa correta:

- a) Configura desapropriação indireta quando o Estado se limita a realizar serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível.
- b) Não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas em ação de desapropriação indireta.
- c) As restrições ao direito de propriedade impostas por normas ambientais, configuram desapropriação indireta, por esvaziarem seu conteúdo econômico.
- d) O prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta é de 15 anos, caso a parte interessada comprove, concreta e devidamente, que não foram feitas obras ou serviços no local, afastando a presunção legal.
- e) A qualificação de imóvel como estação ecológica não limita o direito de propriedade, permanecendo a incidência do IPTU.

40. Sobre Serviços Públicos, com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) A prorrogação do contrato administrativo de concessão de serviços públicos não se insere no campo da discricionariedade da Administração Pública, podendo a concessionária invocar direito líquido e certo a tal prorrogação.
- b) Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor na relação entre concessionária de serviço público e o usuário final dos serviços públicos essenciais, tais como energia elétrica.
- c) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando o débito decorrer de irregularidade no hidrômetro ou no medidor de energia elétrica, ainda que apurada unilateralmente pela concessionária.

- d) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos, uma vez que a interrupção não pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo.
- e) Nos termos da jurisprudência do STF, o implemento de transporte público coletivo pressupõe prévia licitação, salvo situações excepcionais devidamente comprovadas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

41. A União poderá instituir empréstimo compulsório:

- a) Mediante à emenda Constitucional;
- b) Mediante Lei complementar;
- c) No caso de intervenção;
- d) Resolução;
- e) Medida provisória.

42. Assinale a alternativa correta.

- a) Lei estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos;
- b) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- c) Os emolumentos possuem natureza jurídica de taxa.
- d) Os emolumentos só podem ser cobradas de pessoa física.
- e) A arrecadação dos emolumentos não possuem destinação específica.

43. A empresa hemoglobina S/A, operadora priva da de plano de saúde, foi notificada pelo fisco da Paraíba em razão do não recolhimento de ICMS relativo às operações mistas, que envolvem a prestação de serviços associados ao fornecimento de mercadorias. Em sua defesa, a empresa alegou que o fisco municipal entende que, nesse caso, incide o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN). De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta acerca dos impostos que poderão incidir no presente caso.

- a) Se os serviços prestados pela empresa hemoglobina S/A estiverem previstos na lei complementar federal que dispõe sobre o ISSQN, prevalecerá a incidência do ISSQN sobre o ICMS;
- b) Incidirá, em a regra, o ICMS, podendo haver a incidência do ISSQN se o serviço estiver previsto na lei complementar federal que dispõe sobre este tributo, caso em que, para evitar bitributação, o valor pago a título de ICMS será deduzido da base de cálculo do ISSQN;
- c) No caso do enunciado, incidem tanto ICMS como ISSQN: ICMS incidirá sobre a parcela relativa à obrigação de dar e o ISSQN incidirá sobre a parcela referente à obrigação e fazer;
- d) Há de se verificar a atividade preponderante do contribuinte: se a atividade preponderante for fornecimento de mercadorias, ele deve ser tributado pelo ICMS; se for a prestação de serviço, ele será tributado pelo ISSQN;
- e) No caso em tela, deve prevalecer a incidência do ICMS, afastando-se a incidência do ISSQN sobre a operação.

44. Assinale a alternativa correta.

- a) O fato gerador da obrigação deve configurar uma situação que independa de uma atividade estatal específica relativa ao contribuinte;
- b) O imposto deve estar previsto na Constituição Federal ou ser instituído com base na competência residual da União, dentro das limitações constitucionais impostas, podendo ser, em razão disso, instituída por lei ordinária;
- c) O imposto instituído com base na competência residual da União pode inclusive ter o mesmo fato gerador dos demais discriminados na Constituição, se a destinação for outra;
- d) Quando a base de cálculo de dois impostos se sobreponha, a solução jurídica é a aplicação da maior alíquota, dividida entre os dois tributos;
- e) Apenas duas alternativas acima estão corretas

45. De acordo com o art. 156, §1º, inciso I, da Constituição Federal, pode-se afirmar que foi criada a denominada:

- a) progressividade fiscal genérica;
- b) progressividade extrafiscal genérica;
- c) progressividade fiscal específica do IPTU;
- d) progressividade extrafiscal específica do IPTU;
- e) nenhuma das alternativas é a alternativa correta;

46. Sobre competência tributária

I - A capacidade ativa tributária identifica-se com o poder de arrecadar e fiscalizar tributos;

II - Segundo o STJ, não pode haver o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente quando a empresa deixar de funcionar no seu domicílio fiscal sem a devida comunicação aos órgãos administrativos competente;

III - Existindo normal geral da União, é facultado aos Estados legislar supletivamente em matéria tributária;

IV - A competência legislativa dos Estados para instituir o IPVA depende da prévia edição de lei complementar, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III;
- d) Estão corretas apenas as assertivas I e IV;
- e) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

47. Sobre repartição tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do Imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;
- b) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto residual, caso seja instituído pela União;

c) Pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

d) A União entregará o produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

e) Haverá repartição do produto da arrecadação pela União da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE).

48. No que se refere a repartição de receitas tributárias, assinale a alternativa que apresente um imposto cujo produto da arrecadação não sofre nenhum tipo de divisão:

- a) ICMS;
- b) IPVA;
- c) ITCMD;
- d) IR;
- e) IPI.

49. O nascimento da obrigação tributária dá-se com a ocorrência do(a)

- a) Base de cálculo do tributo;
- b) Fato gerador previsto em lei;
- c) Caracterização do sujeito passivo ou fixação do sujeito passivo;
- d) Quantificação do montante a ser pago;
- e) Da inadimplência do sujeito passivo da relação-jurídico tributária.

50. A antecipação dos efeitos do fato gerador

- a) está expressamente autorizado na Constituição Federal;
- b) trata-se de substituição tributária para trás.
- c) acontece nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, quando ocorre o pagamento antecipado.
- d) não é reconhecida pelo direito pátrio, pois só existirá crédito tributário a partir do momento em que ocorrer o fato gerador.
- e) tem cabimento nas hipóteses de fato gerador pretérito.

51. Três amigos da faculdade, ao se formarem, resolveram abrir juntos uma sociedade que começou a funcionar sem ter sido constituída formalmente perante os órgãos públicos. Acontece que um deles foi preso e daí encontra-se privado de exercer atividade da vida civil.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta

- a) A pessoa jurídica, por não ter sido constituída formalmente, não possui capacidade tributária passiva, apenas os seus sócios.
- b) Apenas os sócios que não foram presos possuem capacidade tributária passiva.
- c) A sociedade comercial e os seus sócios possuem capacidade tributária passiva.
- d) Os sócios são solidariamente responsáveis, mas há o benefício de ordem.
- e) Os sócios são subsidiariamente responsáveis e possuem capacidade tributária ativa.

52. Um devedor tributário, devidamente citado em execução fiscal, não pagou nem apresentou bens à penhora no prazo legal. Neste caso, considerando-se as garantias e os privilégios do crédito tributário, a declaração da indisponibilidade dos bens do devedor prevista no CTN dependerá da demonstração do esgotamento das diligências para localização de bens penhoráveis. Segundo a jurisprudência do STJ, o esgotamento dessas diligências caracteriza-se pela

- a) comprovação da tentativa ou consumação de alienação ou oneração de bens ou rendas após a inscrição em dívida ativa, como acontece na medida cautelar fiscal;
- b) diligência da fazenda pública em demonstrar ter realizado buscas razoavelmente exigíveis, já que inexistem na jurisprudência um rol mínimo de diligências a serem realizadas;
- c) existência de pedido e determinação, nos autos, de constrição sobre ativos financeiros via BacenJud, expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado e ao Departamento Nacional - ou estadual - de Trânsito.
- d) existência de pedido e determinação, nos autos, de constrição sobre ativos financeiros via BacenJud, expedição de ofícios aos registros de imóveis do local de residência do executado e da sede da comarca e da capital da respectiva unidade da Federação;
- e) Simples inexistência de pagamento ou de oferecimento de bens à penhora no prazo legal da contestação, como ocorre na medida cautelar fiscal.

53. Restará caracterizada a fraude à execução fiscal o ato de alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública, a partir

- a) do lançamento definitivo do crédito tributário;
- b) da notificação válida do sujeito passivo;
- c) da inscrição do crédito tributário em dívida ativa;
- d) da propositura da execução fiscal;
- e) da citação válida do executado.

54. Assinale a opção correta

- a) A anistia não abrange, exclusivamente, as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede;
- b) a isenção somente se aplica aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão;
- c) A anistia pode ser concedida por ato discricionário da autoridade tributária.
- d) A transação na esfera tributária pode ter como finalidade prevenir litígio;
- e) De acordo com o CTN, a isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei e não extingue o crédito tributário.

55. Carlos pleiteou administrativamente, dentro do prazo legal, a restituição de valor pago a título de tributo que entende ter sido indevido. Houve decisão administrativa denegando-lhe a restituição. Carlos pretende, então, ingressar com a competente ação anulatória da decisão administrativa. A fim de evitar a prescrição, Carlos deverá promover a ação em

- a) 6 meses;
- b) 1 ano;
- c) 2 anos.
- d) 5 anos;
- e) 10 anos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcellos

- 56.** A respeito da reclamação, é correto afirmar que
- a) o CPC veda a tutela provisória de urgência.
 - b) o STF admite a condenação de pagamento de honorários advocatícios.
 - c) da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, contudo, prejudica os recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.
 - d) poderá ser proposta pelo Ministério Público, desde que a matéria envolva interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.
 - e) somente pode ser proposta perante os Tribunais Superiores.

57. Considere as assertivas a seguir sobre o Juizado Especial da Fazenda Pública.

- I. No caso de litisconsórcio ativo será considerado, para efeitos do valor limite de 60 (sessenta) salários mínimos, por autor.
 - II. Não é competente para processar e julgar causas que tenham como objeto a impugnação de pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
 - III. Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência não poderão conciliar, transigir ou desistir.
 - IV. É cabível o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
 - V. Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.
- É correto o que se afirma APENAS em
- a) I, II e V.
 - b) I, II e III.
 - c) II, III e V.
 - d) II, IV e V.
 - e) I, IV e V.

58. Assinale a alternativa correta sobre capacidade processual.

- a) Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.
- b) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa nomeada por assembleia, desde que comprovada em juízo.
- c) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá imediatamente o processo.
- d) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, o Estado e o Distrito Federal, por seu governador ou procurador.
- e) A Câmara de Vereadores possui personalidade jurídica, porém somente pode demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.

59. De acordo com o Código de Processo Civil, a decisão que determinou a rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio

- a) não apresenta recorribilidade imediata, e, por isso, não se submete à preclusão temporal antes da prolação da sentença, pois pode ser alegada quando da apelação, no prazo de quinze dias, contados a partir da intimação da sentença.
- b) pode desafiar recurso de agravo de instrumento ou de apelação, conforme o momento do processo em que a decisão for proferida; em ambos os casos, o prazo será de quinze dias, contados a partir intimação da decisão.
- c) é irrecorrível, mas pode ser questionada por outros meios de impugnação.
- d) desafia recurso de apelação, no prazo de quinze dias, contados a partir da intimação desta decisão.
- e) desafia recurso de agravo de instrumento, no prazo de quinze dias, contados a partir da intimação desta decisão.

60. Sobre o incidente de desconsideração de personalidade jurídica, é correto afirmar

- a) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) Aplica-se o incidente à desconsideração inversa, porém, por analogia, segundo entendimento dos Tribunais Superiores.
- c) Concluída a instrução o incidente será resolvido por decisão interlocutória, e desafia agravo de instrumento, caso seja proferida por relator.
- d) A instauração do incidente suspenderá o processo, desde que requerida na petição inicial.
- e) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte, do Ministério Pùblico e da Defensoria Pùblica, quando lhe este último couber intervir no processo.

61. A respeito da tutela de evidência, é correto afirmar que

- a) O CPC exige, em hipóteses excepcionais elencadas na lei, a necessidade de demonstração de perigo de dano.
- b) pode ser deferida quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- c) possui a mesma natureza do julgamento antecipado parcial do mérito.
- d) pode ser deferida liminarmente, conforme determinação expressa do CPC, na hipótese de ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- e) Considera-se hipótese de tutela de evidência, expressamente no CPC, as situações em que as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos, assunção de competência e em súmula vinculante.

62. Assinale a alternativa que traz uma causa de extinção do processo sem resolução do mérito.

- a) acolher ou rejeitar o pedido formulado em reconvenção.
- b) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem.
- c) por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 90 (noventa) dias.
- d) homologar o reconhecimento do pedido formulado na ação.
- e) reconhecer a existência de conexão ou continência.

63. Acerca do procedimento da lei de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A indisponibilidade de bens pode atingir bens adquiridos anteriormente aos atos de improbidade administrativa, segundo o entendimento do STJ.
- b) A indisponibilidade de bens somente pode ser presumida nas hipóteses de atos dolosos de improbidade.
- c) A indisponibilidade de bens é considerada uma sanção prevista na Lei de Improbidade Administrativa.
- d) Segundo o STF, a ação de ressarcimento ao erário é imprescritível, independentemente do elemento subjetivo do ato de improbidade administrativa praticado.
- e) O acordo de não persecução cível da lei de improbidade administrativa somente pode ser homologado antes da propositura da ação, segundo o STJ.

64. Sobre as disposições do Código de Processo Civil acerca do julgamento antecipado do processo, assinale a alternativa correta.

- a) o réu for revel e ocorrer os efeitos da revelia, não havendo requerimento para produção de outras provas, o juiz poderá proceder ao julgamento antecipado do mérito do processo.
- b) é possível ser realizado o julgamento parcial do mérito apenas se houver pedidos que se mostrem incontroversos.
- c) se houver julgamento parcial do mérito, a natureza jurídica da decisão permanece como sentença e pode ser atacada por recurso de apelação.
- d) o julgamento parcial do mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.
- e) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito serão processados nos autos principais, e somente a critério do juiz.

65. Em relação à ação rescisória, assinale a alternativa correta.

- a) O depósito que acompanha a petição inicial somente é dispensado à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, às suas respectivas autarquias e fundações de direito público, e ao Ministério Público.
- b) o Ministério Público pode ajuizá-la apenas quando a decisão rescindenda é o efeito de simulação ou de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.
- c) a decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.
- d) seu rol é meramente exemplificativo, abrangendo, assim, os atos homologatórios praticados no curso da execução.
- e) não é permitida a concessão de tutela provisória.

66. Sobre o que prevê o CPC acerca das provas, assinale a alternativa correta.

- a) O terceiro, em relação a qualquer causa, incumbe informar ao juiz os fatos e as circunstâncias de que tenha conhecimento, porém, o juízo não poderá impor qualquer medida para efetiva informação.
- b) A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito.
- c) A parte, intimada a falar sobre documento constante dos autos, poderá suscitar sua falsidade, somente com a deflagração do incidente de arguição de falsidade.
- d) A utilização de documentos eletrônicos no processo convencional ocorrerá independentemente de conversão à forma impressa, na forma da lei.
- e) É considerada impedida a testemunha que for inimiga da parte ou seu amigo íntimo.

67. Sobre a intervenção do ente público em ações possessórias, assinale a alternativa correta.

- a) Pode alegar qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.
- b) Não possui legitimidade para promover intervenção incidental em ação possessória entre particulares.
- c) O ente público somente detém legitimidade para intervenção se provar que promoveu a fiscalização, por meio de seus servidores.
- d) As discussões sobre domínio da Fazenda Pública somente podem ser lastreadas em ações possessórias, quando for autor da demanda.
- e) Segundo o STJ, não é possível o ente público alegar domínio, por expressa vedação do CPC.

68. Em relação ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- a) no caso de prestações de informações, segundo a teoria da encampação, é permitida a alteração de competência estabelecida na sistemática do ordenamento jurídico.
- b) segundo o STF, a oitiva do Ministério Público é indispensável em todos os processos sob análise da Suprema Corte, na forma do art. 12 da Lei 12.016/09.
- c) segundo o STJ, sendo a impetração do mandado de segurança anterior ao trânsito em julgado da decisão questionada, mesmo que venha a acontecer, posteriormente, não poderá ser invocado o seu não cabimento ou a sua perda de objeto, mas preenchidas as demais exigências jurídico-processuais, deverá ter seu mérito apreciado.
- d) segundo o STF, a desistência da ação mandamental deve ser com anuência da parte contrária, desde que antes do trânsito em julgado.
- e) o STF entendeu pela inconstitucionalidade da condenação em honorários advocatícios, em sede de mandado de segurança.

69. Na interposição de recurso inominado no juizado especial da Fazenda Pública, o ente público terá o prazo de:

- a) 20 dias úteis.
- b) 20 dias corridos.
- c) 10 dias úteis.
- d) 10 dias corridos.
- e) 15 dias úteis.

70. Considere as assertivas a seguir sobre os incidentes de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência.

I. Segundo expressamente dispõe o CPC, para efeitos de oposição de embargos de declaração, considera-se omissa a decisão que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

II. Nos dois incidentes, o elemento comum é a repetição de múltiplos processos.

III. A Reclamação, segundo o CPC, será via para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

IV. Ao se admitir o incidente de resolução de demandas repetitivas suspenderá o processo, em casos excepcionais.

V. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e V.
- b) I, II e III.
- c) I, III e V.
- d) III, IV e V.
- e) I, IV e V.

71. A respeito da ação monitória, é correto afirmar que

- a) É cabível contra Fazenda Pública, segundo a jurisprudência dos tribunais superiores, por falta de previsão legal.
- b) Segundo o STJ, a participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- c) Não é cabível citação por edital, pois incompatível com o procedimento.
- d) É incabível o ajuizamento pela Fazenda Pública, por expressa vedação legal.
- e) É cabível a reconvenção à reconvenção.

72. Uma ação coletiva tramitou na Vara da Fazenda Pública e nela foi intentado o cumprimento de sentença sob o rito do art. 534 e seguintes do CPC/2015. O Tribunal de Justiça do Estado DELTA assentou que o cumprimento de sentença oriundo de ação coletiva em que o valor da causa seja inferior a 60 (sessenta) salários mínimos deve seguir o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 (Lei do Juizado da Fazenda Pública), independentemente de haver Juizado Especial instalado na comarca competente.

Considerando a hipótese apresentada e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta

- a) É possível o cumprimento de sentença de ação coletiva nos juizados especiais da fazenda pública, somente nas comarcas que tal órgão jurisdicional especializado existir.
- b) É possível utilizar o rito sumaríssimo da Lei 12.153/09 ao juízo comum da execução.
- c) Não é possível propor nos juizados especiais da fazenda pública a execução de título executivo formado em ação coletiva que tramitou sob o rito ordinário, assim como impor o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 ao juízo comum da execução.
- d) Não é possível propor nos juizados especiais da fazenda pública, mas é permitido impor o rito sumaríssimo da Lei 12.153/2009 ao juízo comum da execução.
- e) É possível utilizar o rito sumaríssimo da Lei 12.153/09 ao juízo comum da execução, quando se tratar de direitos individuais homogêneos.

- 73.** A respeito dos honorários advocatícios e sua execução contra fazenda pública, é correto afirmar que
- a) possui natureza alimentar e a satisfação será somente por expedição de precatórios.
 - b) possui natureza alimentar e sua satisfação será por expedição de precatórios ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.
 - c) Possui natureza alimentar em determinadas hipóteses e a satisfação por expedição de precatórios ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.
 - d) Não possui natureza alimentar e sua satisfação será por expedição de precatórios ou requisição de pequeno valor.
 - (e) Não possui natureza alimentar e sua satisfação será somente por expedição de precatórios.

- 74.** A respeito da suspensão da liminar, é correto afirmar que
- a) A suspensão da liminar em mandado de segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração.
 - b) A suspensão da segurança prevista no art. 15, § 2º da Lei 12.016/09 foi recentemente considerada inconstitucional pelo STF, por ser benesse da Fazenda Pública não permitida na sistemática processual contemporânea.
 - c) Se manejada contra a decisão interlocutória, prejudica a interposição de agravo de instrumento.
 - d) Quando, a requerimento somente de pessoa jurídica de direito público interessada e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença.
 - e) Indeferido o pedido de suspensão pelo presidente do Tribunal de Justiça, caberá novo pedido de suspensão somente ao presidente do STJ.

- 75.** Em relação ao cumprimento de sentença, segundo o CPC e entendimentos do STJ, é correto afirmar que
- a) o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 10 (dez) dias, acrescido de custas, se houver.
 - b) o recurso cabível contra decisão que acolhe impugnação ao cumprimento de sentença e extingue a execução é o agravo de instrumento.
 - c) Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.
 - d) A multa decorrente do cumprimento de sentença será excluída apenas se o executado depositar voluntariamente a quantia devida em juízo, sem condicionar seu levantamento a qualquer discussão do débito.
 - e) Os valores dos honorários advocatícios entram no cômputo da multa de 10% (dez por cento), decorrente do cumprimento de sentença.

DIREITO CIVIL

Josias Barcellos

76. Sobre o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

- a) O ajuizamento da ação civil pública obsta a decadência dos prazos decorrentes dos vícios aparentes ou de fácil constatação.
- b) Aplica-se a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, quando houver abuso de direito, excesso de poder e infração a lei.
- c) Segundo o STJ, a Administração Pública não pode ser considerada consumidora, por expressa vedação legal.
- d) Nos casos da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, o fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar a culpa exclusiva do consumidor, exigindo o Código que este não seja considerado vulnerável.
- e) Considera direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

77. A disposição do art. 330 do Código Civil (art. 330. O pagamento reiteradamente feito em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato), representa, para o princípio da boa-fé objetiva, o desdobramento denominado

- a) *Tu quoque.*
- b) *Exceptio doli.*
- c) *Duty to mitigate the loss.*
- d) Boa-fé subjetiva.
- e) *Supressio.*

78. Julgue os itens a seguir considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8069/90), o Estatuto do Idoso (lei nº 10.741/2003) e o Estatuto da Pessoa com deficiência (lei nº 13.146/2015):

- I. Na hipótese da lei nº 8.069/90, aplica-se excepcionalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- II. Segundo o Estatuto do Idoso, a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.
- III. Segundo Estatuto da Pessoa com Deficiência, somente é exigido das pessoas jurídicas de direito privado garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- IV. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais biológicos.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) I e II.
- e) I e III.

79. De acordo com o STJ, assinale a alternativa correta sobre a teoria do adimplemento substancial

- a) o pagamento faltante deve ser no patamar de 15% (quinze por cento) do total do negócio jurídico.
- b) pressupõe a existência de expectativas legítimas geradas pelo comportamento das partes.
- c) corresponde a mitigação à função social do contrato.
- d) propõe evitar a conservação da eficácia do negócio.
- e) é admitida em ação de consignação em pagamento.

80. Sobre a ocupação indevida do bem público, assinale a alternativa correta.

- a) o particular que ocupa indevidamente bem público pode ser considerado possuidor direto, nas hipóteses expressas em lei.
- b) é admitida, na ocupação de bem público, a indenização ao possuidor de boa-fé.
- c) no caso de ocupação por particular, por hipossuficiência econômica, é garantida a usucapião.
- d) o particular que ocupa indevidamente o bem público é considerado mero detentor, de natureza precária.
- e) No caso dos bens dominicais, por sua natureza, são prescritíveis e a sua ocupação indevida pode ser oposta contra a Fazenda Pública.

81. Segundo o Código Civil, a respeito da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- b) A mera existência de grupo econômico sem a presença de desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, somente nos casos de ser obstáculo ao resarcimento de direitos da outra parte no negócio jurídico.
- c) Será considerado desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- d) O desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos relacionados a crimes contra o patrimônio.
- e) O Código Civil adotou expressamente a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica.

82. Acerca dos contratos de doação, comodato e mútuo, assinale a alternativa correta.

- a) O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis, e o mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.
- b) No contrato de comodato, se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, ficarão subsidiariamente responsáveis para com o comodante.
- c) A doação verbal será válida, se versar sobre bens móveis e de pequeno valor, independentemente de tradição.
- d) Revogam-se por ingratidão as doações puramente remuneratórias.
- e) A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, não importa adiantamento do que lhes cabe por herança.

83. Sobre as pessoas jurídicas no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) São pessoas jurídicas de direito público os partidos políticos.
- b) Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omisso este, por deliberação dos associados, às instituições somente de âmbito municipal, de fins idênticos ou semelhantes.
- c) Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas do Código Civil.
- d) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará exclusivamente por escritura pública, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- e) Os Territórios não são considerados pessoas jurídicas de direito público, sendo meramente órgão da União.

84. Quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. Tal defeito do negócio jurídico denomina-se:

- a) Fraude contra credores.
- b) Coação.
- c) Lesão.
- d) Estado de Perigo.
- e) Erro acidental.

85. Julgue os itens, relativo à prescrição e à decadência no Código Civil

- I. Caso a lei não lhe haja fixado prazo menor, segundo o Código Civil, a prescrição ocorre em dez anos.
- II. É anulável a renúncia à decadência fixada em lei.
- III. A interrupção da prescrição, embora possa ocorrer no limite de 03 (três) vezes, dar-se-á por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- IV. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) I e III.

DIREITRO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

86. Em relação aos contratos de trabalho celebrados com a Administração Pública sem concurso público após a Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar:

- a) Considera-se nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, ainda que continue a existir após a sua privatização.

b) O contrato de trabalho é nulo, somente conferindo ao trabalhador direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário-mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

c) O contrato é anulável, sendo devidos todos os direitos ao trabalhador até o trânsito em julgado da decisão que reconhecer a irregularidade.

d) Considerando as Convenções da OIT ratificadas pelo Brasil, o contrato de trabalho é válido e é garantido ao trabalhador o rol de direitos elencados na Constituição Federal.

e) Desvirtuada a finalidade do contrato de estágio celebrado na vigência da Constituição Federal de 1988, é inviável o reconhecimento do vínculo empregatício com ente da Administração Pública direta ou indireta, por força do art. 37, II, da CF/1988, sendo conferido apenas o direito ao pagamento da contraprestação devida ao cargo ou função que foi efetivamente desempenhada.

87. A respeito da execução no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São executados na Justiça do Trabalho as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.
- b) Serão executadas, desde que a pedido do INSS, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida por juízes e tribunais do trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.
- c) É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que assim for designado por determinação do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho a que o primeiro estiver vinculado.
- d) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou, de ofício, pelo Ministério Público do Trabalho.
- e) Nenhuma das anteriores.

- 88.** Assinale a alternativa correta acerca do aviso prévio:
- a) O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de uma hora diárias, sem prejuízo do salário integral.
 - b) O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral.
 - c) O empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato sujeita-se apenas ao pagamento da remuneração correspondente ao prazo do referido aviso.
 - d) É facultado ao empregador conceder sete dias corridos ou a redução de duas horas durante o período de aviso prévio.
 - e) O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, receberá apenas os direitos referentes à metade do respectivo prazo.

- 89.** Determinada empresa pública estadual, intimada da sentença trabalhista no dia 07.10.2020 (4ª feira), interpôs recurso ordinário em 28.10.2020 (4ª feira). Considerando que o mencionado recurso foi processado pelo juízo a quo, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois está vinculado ao juízo de admissibilidade da instância inferior.
- b) O recurso não deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois não foi observado o prazo legal de quinze dias corridos.
- c) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois foi observado o prazo legal de quinze dias úteis.
- d) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois as empresas públicas possuem prazo em dobro para recorrer.
- e) O recurso não deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois foi interposto intempestivamente.

- 90.** No que se refere a férias, assinale a opção CORRETA:
- a) O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono de férias serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.
 - b) O empregado receberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida durante o período aquisitivo.
 - c) O período de férias não é computado como tempo de serviço.
 - d) É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, sendo que o referido abono deverá ser requerido até 10 (dez) dias antes do término do período aquisitivo.
 - e) O empregado poderá exigir do empregador que as férias sejam concedidas no período que melhor atenda aos seus interesses.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

- 91.** O Estado da Paraíba instituiu, por meio de Decreto, uma Área de Proteção Ambiental – APA, localizada em João Pessoa. Um empreendedor pleiteia o licenciamento de atividade, dentro da unidade, que tem potencial de causar danos de âmbito local/municipal. Neste caso, assinale a alternativa correta.

- a) O ente responsável pelo licenciamento será o Estado da Paraíba, e a APA poderá ser composta por terras públicas ou privadas.
- b) Não há possibilidade de licenciamento de atividades no interior de APA's, ante sua importante função ambiental.
- c) No interior da APA, nas áreas sob propriedade privada, cabe ao órgão ambiental estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.
- d) O ente responsável pelo licenciamento é a União.
- e) O ente responsável pelo licenciamento é o Município de João Pessoa, onde se localiza a APA.

92. Atualmente, um imóvel rural localizado no sertão paraibano deve conservar, à título de reserva legal, uma área mínima de:

- a) 80%.
- b) 50%
- c) 20%
- d) 35%
- e) 25%

93. Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, assinale a alternativa correta:

- a) O órgão central do SNUC é o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema.
- b) O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
- c) Refúgio da Vida Silvestre é unidade de conservação pertencente ao grupo de uso sustentável.
- d) A Estação Ecológica é unidade de conservação que pode ser composta por posse/domínio públicos ou privados.
- e) É proibida, para qualquer fim, a visitação pública na Reserva Biológica.

94. Quanto à responsabilidade ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade civil ambiental é subjetiva, dependendo da comprovação de culpa ou dolo.
- b) O STF e o STJ admitem a aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais, desde que presentes certos requisitos.
- c) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, não dependendo da comprovação de culpa ou dolo.
- d) O STF adota, quanto à responsabilização penal da pessoa jurídica, a teoria da dupla imputação.
- e) Não se admite a desconsideração da pessoa jurídica para fins de ressarcimento de danos ambientais.

95. Quanto à Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, assinale a alternativa correta:

- a) É objetivo da Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentre outros, a gestão individualizada de resíduos sólidos.
- b) Entende-se por área órfã contaminada a área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis.
- c) O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, por já ser instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, não é instrumento da PNRS.
- d) A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 30 (trinta) anos, a ser atualizado a cada 5 (cinco) anos.
- e) O gerador de resíduos sólidos domiciliares não tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

96. Sobre a renúncia de receitas na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.
- b) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- c) Uma das possíveis condições é a de que a renúncia deve estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- d) Uma das possíveis condições é a de que haja demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.
- e) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício seguinte e nos dois posteriores, se for o caso, em que deva iniciar sua vigência.

97. Sobre a independência administrativa e financeira dos poderes Judiciário, Legislativo e Ministério Público, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.
- b) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

c) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

d) Se os tribunais não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, não receberão os repasses constitucionais a tempo.

e) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.

98. A Emenda Constitucional nº 109 de 15 de março de 2021 (EC nº109/21) reforçou a necessidade de todos os entes federais (União, Estados, Distrito Federal e os Municípios) manterem o controle da dívida pública. Sobre o disposto, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.
 - b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis
 - c) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
 - d) A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.
 - e) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei."
- 99.** Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

- a) Geral do Orçamento.
- b) do Plano Plurianual.
- c) de Diretrizes Orçamentárias.
- d) do Orçamento Anual.
- e) de Responsabilidade Fiscal.

100. O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, é correto afirmar que

- a) o refinanciamento da dívida pública não constará da lei orçamentária.
- b) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinaciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias apenas nos casos em que a amortização seja superior a 60 meses.
- c) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro.
- d) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- e) serão incluídas na lei orçamentária as despesas do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, exceto aqueles destinados a benefícios e assistência aos servidores.

Prova Discursiva

Questão 01

A proposta de emenda constitucional nº 018/2021 tramita na Câmara dos Deputados, em que constam em seus dispositivos determinações tendentes a abolir direitos individuais estampados no art. 5º da Constituição da República de 1988. Além disso, foi preterido no processo legislativo alguns trâmites essenciais, previsto na Carta Maior. Alguns parlamentares da mesa diretora suscitaram paralisar tal proposta de emenda constitucional, na via judicial.

Considerando a situação hipotética,

- a) Discorra sobre a possibilidade de intervenção do Judiciário no processo legislativo. **(10,00 pontos)**
- b) Apresente a possibilidade de ação a ser ajuizada, as hipóteses permitidas de intervenção e o(s) legitimado(s), segundo a jurisprudência do STF. **(10,00 pontos)**

FOLHA DE RESPOSTA

FOLHA DEFINITIVA – PADRÃO CESPE

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 02

O cidadão João Silva impetrou mandado de segurança em face do governador do Estado DELTA, em que a Constituição estadual atribui competência ao órgão especial do Tribunal de Justiça para processar e julgar. Porém, o *mandamus* foi impetrado no juízo de 1^a instância, e o juiz proferiu decisão deferindo a petição inicial, considerando-se, portanto, competente. Notificou a autoridade coatora para prestar informações. A Procuradoria do Estado ainda não foi intimada, mas pretende tomar medida para preservar, imediatamente, a competência do órgão especial do Tribunal de Justiça.

Considerando a situação hipotética, discorra sobre o instrumento processual cabível para preservar a competência do órgão especial do Tribunal de Justiça (**10,00 pontos**), arrazoando sobre prazo (**02,00 pontos**), a quem se direciona (**01,50 pontos**), qual órgão pode intervir (**01,50 pontos**) e se há algum meio para conferir vínculo desse instrumento ao Sr. João Silva (**05,00 pontos**).

FOLHA DE RESPOSTA

FOLHA DEFINITIVA – PADRÃO CESPE

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 03

O Sr. José foi aprovado em 3º lugar no concurso público de provas e títulos para o cargo de médico pediatra no Estado DELTA, em que havia 01 (um) vaga e cadastro de reserva. O primeiro colocado foi nomeado e tomou posse no cargo, e está regularmente exercendo as suas funções. Faltando 15 (quinze) dias para o fim da validade do certame em que José está classificado, o Estado Delta publica novo concurso público para o mesmo cargo, a fim de preencher 01 (uma) vaga, sem apresentar justificativa. O Sr. José, inconformado, impetrou mandado de segurança para garantir a sua nomeação, diante da abertura do novo certame.

FOLHA DE RESPOSTA

FOLHA DEFINITIVA – PADRÃO CESPE

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Proposta de Peça

A Associação de Moradores do bairro Y do Município X, constituída em maio de 2021, extraiu cópia de processo administrativo da Secretaria de Saúde do Estado DELTA, arquivado por comissão processante competente (acolhida pela autoridade superior também competente, nos termos da lei estadual), a qual concluiu que não houve atos de improbidade em um suposto conluio entre 02 (dois) servidores estaduais efetivos e um empresário individual, por fraudes em procedimentos licitatórios. A associação ajuizou ação civil de improbidade administrativa, com fundamento nos artigos 10, 12 e 17 da Lei nº 8.429/92, acompanhada dos documentos do processo administrativo, na Vara da Fazenda Pública da comarca do Município X, em face do Estado DELTA e do empresário individual, deixando de mover ação contra os dois servidores efetivos envolvidos. Pleiteou a responsabilidade do Estado DELTA, com aplicação das sanções previstas na lei de regência, bem como medidas assecuratórias para garantir resarcimento dos atos praticados. Asseverou que o Estado DELTA somente pode assumir o polo passivo, diante da conclusão de arquivamento do processo administrativo. Deixou de requerer a atuação do Ministério Público, pois entendeu desnecessária para assuntos que dizem respeito somente ao Poder Público estadual.

O Estado DELTA foi devidamente notificado nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, e apresentou documentos e justificações, mas o juiz recebeu a petição inicial, em 06/07/2021.

Em face da situação hipotética acima apresentada, elabore, na condição de Procurador do Estado, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, a peça processual cabível a ser manejada contra a decisão que recebeu a inicial, considerando o conhecimento da decisão um dia após a intimação (publicação em 12/07/2021) e ainda não haver a citação do Estado DELTA. Outrossim, deve realizar a devida fundamentação em todo o conteúdo de direito material e processual pertinente ao caso. Dispense o relatório e não crie fatos novos. (40,00 pontos)

FOLHA DE RESPOSTA

FOLHA DEFINITIVA – PADRÃO CESPE

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGE-PB-Procurador-18-07-21>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>